



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO N. 08/2018.

TERMO ADITIVO N. 04 AO CONTRATO N. 08/2018

PROCESSO SEI N. [0001556-82.2017.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRONICO N. 18/2018

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 08/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA J FECCHIO JUNIOR - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE E DO DEPÓSITO DE URNAS (ANEXO II) DO TRE-RO, DA MARCA MITSUBISHI, DO TIPO EXPANSÃO DIRETA VRF-MULTI-SPLIT, COMPREENDENDO, TAMBÉM, O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E, DE FORMA EXCEPCIONAL, O FORNECIMENTO DE PEÇAS NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado seu Presidente, **Desembargador PAULO KIYOCHI MORI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 9552600–SSP/SP e do CPF 006.734.148-92, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **J FECCHIO**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

JUNIOR, inscrita no CNPJ sob o n. 24.485.960/0001-57, com sede na Rua México, n. 1785, Bairro Nova Porto Velho, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76820-152, Telefone: (69) 3219-2879 / 98466-0000, E-mail: ventosul.ro@gmail.com, neste ato representada pelo Senhor **JOÃO FECCHIO JUNIOR**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 550817/SSP- RO e CPF nº 690.797.062-72, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante na DECISÃO n. 90/2022(evento [0929239](#)), de 30/11/2022, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo visa formalizar a **alteração da razão social J FECCHIO JUNIOR**, transformação de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, para Sociedade Empresária, tipo jurídico Sociedade Limitada, e desenquadramento do regime Simples Nacional.

Subcláusula Primeira – Em razão da alteração do contrato social da empresa Contratada, os seus dados passam a ser os seguintes:

- a) Razão social: **VENTOSUL ENGENHARIA TÉRMICA LTDA**, CNPJ 24.485.960/0001-57;
- b) Nome de Fantasia: **VENTOSUL FACILITY**; e
- c) Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, nº 735 – Sala B, esquina com a rua Almirante Barroso – Bairro Nossa Senhora das Graças, em Porto Velho/RO – CEP.: 76804-155, Telefones: (69) 3213-2448 / 3219-2879 / 98466-0000.

Subcláusula Segunda – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO FUNDAMENTO LEGAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 60, ambos da Lei n. 8.666/93.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 2 de dezembro de 2022.

Desembargador PAULO KIYOCHI MORI Pelo Contratante	JOÃO FECCHIO JUNIOR Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53	Luciano da Silva Santos Braga

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Testemunha	CPF: 812.434.482-53 Testemunha
------------	-----------------------------------

ANEXO I DO TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 08/2018/TRE-RO**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 08/2018 (assinado em 20/06/2018) – Volume VI do PA (evento n. 0301448) Vigência de 12 meses, a contar de 20/06/2018 até 20/06/2019. Valor: R\$ 252.408,00 Garantia: R\$ 12.620,40	R\$ 252.408,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2019) – Volume IX do PA (evento n. 0425444) I - Prorrogação por mais 24 meses, a contar de 21/06/2019 até 20/06/2021 + Reajuste de 5.077% Valor: R\$ 541.663,08 Garantia: R\$ 26.522,27	R\$ 530.445,50	-
Apostila n. 1, assinada em 01/06/2021 – Volume XI do PA	R\$ 11.217,58	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>(evento n. 0696316).</p> <p>I - Reajuste de 2,40% referente ao acumulado do IPCA em abril/2019 a abril/2020, com efeito a contar de abril/2020.</p> <p>Valor que constou na apostila 1: R\$ 11.217,58.</p> <p>Garantia: R\$ 560,88.</p>		
<p>2º Termo Aditivo (assinado em 08/06/2021) – Volume XII do PA (evento n. 0696317)</p> <p>Prorrogação por mais 24 meses, a contar de 21/06/2021 até 20/06/2023</p> <p>Valor: R\$ 541.663,08</p> <p>Garantia: R\$ 27.083,15</p>	R\$ 541.663,08	-
<p>3º Termo Aditivo (assinado em 02/09/2021) – Volume XIII do PA (evento n. 0734449)</p> <p>I - Reajuste de 6,76% referente ao acumulado do IPCA em maio/2020 a abril/2021, com efeito a contar de abril/2021; e</p> <p>II – Acréscimo de 5%, em face dos serviços descritos no evento 0629114.</p> <p>Valor: R\$ 61.944,88</p> <p>Garantia: R\$ 3.097,24.</p>	R\$ 61.944,88	-
<p>Apostila n. 02 (assinada em ____/12/2022) – Volume XVI do PA (evento n. 0949564)</p> <p>I - Reajuste de 12,13% referente ao acumulado do IPCA em maio/2021 a abril/2022, com efeito a contar de abril/2022.</p> <p>Valor: R\$ 32.948,18</p>	R\$ 32.948,18	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Garantia: R\$ 1.647,40.		
4º Termo Aditivo (assinado em ___/12/2022) – Volume XVI do PA (evento n. 0949566) I - Registro de alteração do contrato social da empresa contratada.	-	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 318.278,07
---	----------------

PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%
---	-------



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 02/12/2022, às 23:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FECCHIO JUNIOR, Usuário Externo**, em 05/12/2022, às 07:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 05/12/2022, às 10:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 05/12/2022, às 10:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0949566** e o código CRC **BBB4BA5C**.

0001556-82.2017.6.22.8000

0949566v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

SOLICITAÇÃO Nº 62/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

AO GABSAOFC.

À COMSEG para conhecimento do Sr. Coordenador.

Assunto: Empresa Contratada noticia alteração contratual e desenquadramento do Simples Nacional que refletem no Contrato nº 08/2018 ([0301448](#)), firmado entre este Egrégio Tribunal e a J FECCHIO JUNIOR.

Senhor Secretário,

Considerando o Contrato nº 08/2018 ([0301448](#)), firmado entre este Egrégio Tribunal e a J FECCHIO JUNIOR;

Considerando que, nesta data, a referida empresa comunicou a alteração contratual e desenquadramento do Simples Nacional, conforme Ofício Circular n. 001/2022 (Evento SEI n. [0886474](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Considerando que a mencionada empresa encaminhou demais documentos por e-mail, de acordo com os eventos SEI n. [0886497](#) e [0886500](#);

Diante do exposto, solicitamos a lavratura de termo aditivo a fim de constar as atualizações constantes nas referidas alterações que refletem no Contrato nº 08/2018 ([0301448](#)).

Remetemos os presentes autos para, s.m.j., conhecimento de Vossa Senhoria.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Campos Figueiredo, Chefe de Seção**, em 26/08/2022, às 17:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0886574** e o código CRC **A9B12E59**.

0001556-82.2017.6.22.8000

0886574v5

Criado por 127837690388, versão 5 por 127837690388 em 26/08/2022 17:53:19.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001556-82.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise da alteração contratual e desenquadramento do Simples Nacional que refletem no Contrato nº 08/2018 ([0301448](#)) - Empresa J FECCHIO JUNIOR

PARECER JURÍDICO Nº 188 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa J FECCHIO JUNIOR, CNPJ nº 24.977.471/0001-15, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema de climatização instalados nos prédios edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 20/06/2018, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 08/2018** ([0301448](#)), atualmente em execução com termo final em 20/06/2023, conforme anotado na Cláusula Primeira do Termo Aditivo n. 02 ([0696317](#)).

02. Por meio da Solicitação n. 62/2022-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (0886574), a Seção de Manutenção Predial (SEMAP), unidade gestora, registra que a contratada comunicou a alteração contratual e desenquadramento do Simples Nacional, conforme Ofício Circular n. 001/2022 ([0886474](#)) e solicita a lavratura de termo aditivo a fim de constar as atualizações constantes nas referidas alterações e que refletem no Contrato nº 08/2018 ([0301448](#)).

03. Os autos foram recebidos pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC), determinando, na oportunidade, a elaboração da minuta de Apostila contratual pela Seção de Contratos (SECONT) e a análise pela Assessoria Jurídica, conforme Despacho n. 1266/2022-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0902209](#)).

04. Por sua vez, a SECONT juntou a minuta de Termo Aditivo n. 04 ao Contrato n. 08/2018 ([0902792](#)) e remeteu os autos a esta Assessoria ([0902793](#)).

05. Nesta unidade o processo foi objeto de diligência ([0904103](#)) para esclarecimentos pela COFC quanto à necessidade de eventuais ajustes específicos ao regime de pagamento, em observância ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

disposto na CLÁUSULA QUARTA do contrato e em função das alterações do enquadramento econômico-empresarial da contratada.

06. Em cumprimento, por meio da Informação n. 339 ([0904979](#)), a COFC noticiou que a alterações da razão social e do enquadramento empresarial não implicam em mudança do regime de retenções tributárias, registra inclusive que a sistemática de retenções tributárias de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS já fora adotada no pagamento dos serviços prestados em agosto/2022 e, por fim, que providenciou a atualização cadastral da contratada no SIAFI ([0904969](#)).

07. Assim instruídos, os autos foram enviados a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

08. Este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0001556-82.2017.6.22.8000) até a presente data.

09. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

10. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

11. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

12. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 DO ADITIVO PRETENDIDO – ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA

13. A imperatividade de registro da alteração pretendida, no caso, pela mudança da razão social e do regime econômico empresarial da contratada, tem previsão no *caput* do art. 60 da Lei n. 8.666/93, veja-se:

Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem. (Sem destaque no original)

14. Registre-se ainda que, de acordo com a Subcláusula quinta da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA do contrato, alterações, como esta em análise, no regime tributário que possam impactar na execução contratual em função mudança da categoria de empresa individual de responsabilidade limitada para sociedade empresária de responsabilidade limitada, com desenquadramento do regime do Simples Nacional - situação que, de acordo com a unidade orçamentária, não se constata ([0904979](#)) - configuram alteração ao contrato. Assim, embora sem repercussão econômica-financeiro na sua execução, torna-se necessário seu registro em termo aditivo.

3.2 DA MINUTA DE TERMO ADITIVO N. 04 AO CONTRATO 08/2018

15. A SECONT juntou ao processo a minuta do Termo Aditivo n. 4 ao Contrato n. 08/2018 ([0902792](#)) para o registro das alterações que se fazem necessárias, a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV – CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

16. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, esta Assessoria opina pela registro das alterações informadas na Solicitação n. 62/2022-SEMAP por meio de termo aditivo ao contrato originário.

17. Ainda, para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da MINUTA DO TERMO ADITIVO N. 4 ao Contrato Administrativo n. 08/2018, juntada ao processo no evento [0902792](#), estando o instrumento apto a produzir os efeitos pretendidos pela Administração com os atos ali registrados.

À consideração do Secretário da SAOFC.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius de Souza Pinheiro, Estagiário**, em 26/09/2022, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 26/09/2022, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0905975** e o código CRC **0E025350**.

0001556-82.2017.6.22.8000

0905975v20



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

Processo: 0001556-82.2017.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Interessado: Seção de Manutenção Predial (SEMAP)

Assunto: Alteração de razão social. Desenquadramento do simples Nacional.

DECISÃO Nº 90 / 2022 - PRES/ASSPRES

Vistos.

J FECCHIO JUNIOR, empresa contratada para prestar serviços de manutenção do sistema de climatização na sede deste Tribunal ([0301448](#)), informou a transformação do seu registro de empresa individual de responsabilidade limitada em sociedade empresária do tipo jurídico limitada.

Com a mudança, a prestadora alterou o seu nome empresarial para VENTOSUL ENGENHARIA TÉRMICA LTDA, conforme ofício-circular n. 1/2022 ([0886474](#)) e documentos anexos ([0886497](#), [0886470](#) e [0886500](#)).

A Seção de Manutenção Predial (SEMAP) solicitou a lavratura de termo aditivo a fim de constar as atualizações informadas pela empresa no contrato ([0886574](#)), o que foi atendido pela Seção de Contratos (SECONT) por meio da minuta de Termo Aditivo n. 4 ([0902792](#)).

A Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COFC) ressaltou que o fato de a empresa ter sido enquadrada do Simples Nacional não caracteriza necessariamente aumento de carga tributária a este Regional e, em relação a gestão contábil e tributária, os ajustes constantes da CLÁUSULA PRIMEIRA, Subcláusula Primeira, da minuta apresentada pela SECONT são suficientes para a regularidade da alteração do enquadramento econômico-empresarial ([0904979](#)).

A Assessoria Jurídica da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (AJSAOFC) opinou pelo registro das alterações informadas na Solicitação n. 62/2022-SEMAP por meio de termo aditivo ao contrato originário ([0905975](#)), o que foi acompanhado pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) em sua manifestação ([0907261](#)).

A Diretoria-Geral (DG) também foi favorável à alteração constante da minuta do Termo Aditivo n. 4 ([0902792](#)), com fundamento no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

disposto no art. 60 da Lei n. 8.666/93 e na Subcláusula Quinta da Cláusula Décima Quarta do instrumento contratual originário ([0907577](#)).

É o relatório.

A formalização da alteração contratual solicitada é obrigatória para fins de cumprimento do disposto no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/93: *Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...) § 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.*

A norma contida no dispositivo transcrito está reproduzida na cláusula décima quarta, sucláusula quinta do contrato.

Em cumprimento a essa cláusula, a contratada informa a transformação de empresa individual para sociedade de responsabilidade limitada, bem como seu desenquadramento do regime tributário do Simples Nacional ([0886474](#)).

A COFC consignou que as alterações realizadas não implicam a mudança no regime de retenções obrigatórias, aduzindo já ter procedido ao registro da atualização cadastral da contratada no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) ([0904979](#)):

Em detrimento ao questionamento objeto da solicitação de diligências supra referida, informa-se que a alteração da razão social e do enquadramento empresarial não implica em alteração do regime de retenções tributárias, contudo, o fato de a empresa ter sido desenquadrada do Simples Nacional impõe a este Tribunal a obrigatoriedade de observância de retenções tributárias de determinados impostos e contribuições tributárias federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) nos pagamentos efetuados a esta, o que, entretanto, não caracteriza necessariamente aumento de carga tributária a essa contratada.

Registra-se, inclusive, que a sistemática de retenções tributárias de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS já fora adotada no pagamento dos serviços prestados em agosto/2022, objeto da Nota Técnica 51 ([0890900](#)), conforme consignado na Nota Lançamento de Sistema 2022NS003547 ([0892894](#)).

Quanto aos cadastros no âmbito da contabilidade, esta COFC providenciou a atualização cadastral da contratada no SIAFI ([0904969](#)).

Por fim, em relação a gestão contábil e tributária, entende-se por suficientes os ajustes constantes da *CLÁUSULA PRIMEIRA, Subcláusula Primeira*, da minuta de termo aditivo encartada no evento nº [0902792](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Portanto, justifica-se a formulação de termo aditivo ao contrato, para atualização dos termos do contrato com as informações da contratada, em cumprimento à lei de regência e ao respectivo contrato.

Ante o exposto, autorizo a alteração do contrato n. 8/2018 ([0301448](#)), por meio de termo aditivo, conforme minuta juntada no evento n. [0902792](#), com fundamento no disposto no art. 60 da Lei n. 8.666/93, e na Cláusula Décima Quarta, Subcláusula Quinta do instrumento contratual originário.

À DG e à SAOFC, para conhecimento e adoção das providências decorrentes desta decisão.

Publique-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 30 de novembro de 2022.

Assinado eletronicamente por:

Desembargador KIYOSHI MORI

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOSHI MORI, Presidente**, em 30/11/2022, às 14:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0929239** e o código CRC **C9242D38**.